

**PADECER NO PARAÍSO:
Os corpos das presas políticas grávidas e puérperas na
ditadura militar brasileira¹²**

**SUFFERING IN PARADISE:
The pregnant and puerperal bodies of political prisoners in
the Brazilian military dictatorship**

Lívia Gomes Laudares³
Tayrine Vaz Silva⁴
Luíza Glória Barbosa⁵

Resumo: *O presente artigo discute a noção de corpo a partir das discussões de Corpo Abjeto (Butler, 1993) e Público e Privado nas experiências das mulheres presas políticas no ciclo gravídico-puerperal durante a Ditadura Militar brasileira. Buscamos articular os depoimentos das militantes anti-regime aos conselhos e dicas sobre maternidade em reportagens do Jornal do Brasil da época. Realizou-se um estudo sobre as temáticas presentes nos proferimentos realizados pelas presas, profissionais da saúde, advogados e líderes religiosos. A metodologia de pesquisa combinou análise de conteúdo e mapeamento dos assuntos discutidos acerca do período gravídico-puerperal e foi realizada no Relatório da Comissão Nacional da Verdade e em edições do Jornal do Brasil. Conclui-se que esses corpos tornam-se abjetos ao não serem conformados numa perspectiva normativa e ao provocarem - com a própria militância - as dimensões pública e privada do corpo feminino. E é na materialização dessas abjeções que esses corpos se tornam mais vulneráveis que outros.*

Palavras-Chave: *Corpos abjetos. Ditadura Militar. Maternidade.*

Abstract: *This article discusses the notion of body from the discussions of Abject Body (Butler, 1993) and Public and Private in the experiences of women political prisoners in the gravidarum-puerperal cycle during the Brazilian Military*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade de Brasília (UnB), de 15 a 17 de maio de 2019.

² Agradecemos às contribuições feitas por Abner Rodrigues dos Reis, Helena Laudares e Caio Henrique Gaspar para a realização do levantamento de matérias a serem analisadas.

³ Jornalista e Mestranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. laudareslivia@gmail.com.

⁴ Graduanda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. vstayrine@gmail.com.

⁵ Jornalista e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. lolisgloria@gmail.com.

Dictatorship. We sought to articulate the testimonies of the anti-regime militants to the advices and tips about maternity in reports of "Jornal do Brasil" of that time. A study was carried out on the topics mentioned in the speeches made by prisoners, health professionals, lawyers and religious leaders. The research methodology combined content analysis and mapping of the subjects discussed about the pregnancy-puerperal period, and it was carried out in the Report of the National Truth Commission and editions of "Jornal do Brasil". It is concluded that these bodies become abject because they are not conformed in a normative perspective, and they provoke - with their own militancy - the public and private dimensions of the female body. And the materialization of these abjections is what make these bodies become more vulnerable than others..

Keywords: *Abject bodies. Military dictatorship. Maternity*

1.Introdução

Sob o pretexto de "assegurar a continuidade da obra revolucionária" ⁶, no dia 13 de dezembro de 1968, o então presidente do Brasil General Costa e Silva baixou o Ato Institucional nº 5. O AI-5, como ficou conhecido, inaugurou o período mais violento da ditadura militar brasileira, que havia começado 4 anos antes, com o Golpe Militar de 1964.

Começa neste período os Anos de Chumbo, que teria seu ápice no governo Médici (1969-1974). Apesar do AI-5 ter vigorado até o ano de 1978, o período 1968-1974 recebeu esse nome pelo endurecimento da repressão aos opositores do regime militar.

Como algumas medidas da referida lei, podemos citar a proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política, aplicação de liberdade vigiada, proibição de freqüentar determinados lugares e até mesmo domicílio determinado⁷. Com a suspensão dos direitos políticos, foram realizados centenas de execuções, desaparecimentos, torturas e outras arbitrariedades. Sem possibilidade de habeas corpus, opositores seriam obrigados a responder em restrição de liberdade em condições duvidosas.

⁶ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-04-66.htm.

⁷ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm.

Entre os segmentos sociais mais atingidos pelo AI-5 estão as universidades, movimentos políticos, sociais, religiosos, sindicatos e categorias profissionais organizadas. Os estudantes foram peça central na resistência, e eram eles grande parte das guerrilhas e dos condenados por contravenções. Segundo Ridenti (1990), entre os processados pelo governo ditatorial do sexo masculino, 51,6% eram estudantes, professores ou pessoas com formação superior.

Para compreender como a abordagem sobre gravidez e maternidade reverbera nos discursos da época, fizemos uma discussão sobre o corpo a partir dos conceitos de corpo abjeto (Butler, 1993) e Público e Privado. Na primeira seção, discutimos o contexto da mulher na ditadura. Em seguida, discorremos sobre o posicionamento do Jornal do Brasil acerca do regime ditatorial brasileiro. Na segunda seção, apresentamos a metodologia utilizada para o tratamento dos dados, logo após fazemos uma descrição dos principais resultados e por fim realizamos a análise qualitativa com os conceitos acima indicados.

1.1.A mulher na ditadura

Considerando o contexto social em que as mulheres se encontravam nas décadas de 60 e 70, sua participação na resistência e guerrilhas atingiu níveis consideráveis, de acordo com Ridenti (1990, p 115). Elas eram cerca de 18% do total de processados pela ditadura. Houve, por muito tempo, a ideia de que a presença da mulher na resistência era ocasionada exclusivamente pela entrada dos filhos, irmãos e/ou maridos no movimento, mas os dados desse mesmo artigo nos mostram uma realidade diferente. Ainda segundo Ridenti (ibid), nenhuma era trabalhadora manual ou rural e apenas 8,3% eram donas de casa. As demais 422 mulheres, que correspondiam a 73% do total, eram estudantes, professoras ou pessoas com formação superior.

E foi sob a premissa da necessidade de expurgar o comunismo do Brasil, que centenas de mulheres foram perseguidas pelas forças armadas, envolvidas na violenta contenção da oposição. Nos porões das delegacias, DOPS e DOI-CODI do país, mulheres eram violadas das mais diversas formas. Era o gênero uma especificidade

não esquecida pelos algozes. Segundo o relatório da Comissão da Verdade (2014, p. 422) foram feitas “mutilações nos seios [que] privaram mães de amamentar seus bebês. Úteros queimados com choques elétricos tornaram muitas mulheres incapazes de engravidar ou de levar adiante uma gestação”. O documento ainda deixa bem claro o cenário que constitui os anos 60 e 70 em relação às “identidades coletivas e individuais”, e define que havia uma “estruturação baseada na hierarquia de gênero e sexualidade (...) que constrói o feminino como algo inferior e associa violência à masculinidade viril”.

A estatística de registro civil mais antiga, obtida por meio de censo realizado pelo IBGE⁸, nos mostra que em 1976, dois anos após o fim do governo Médici (1974) - e último ano contemplado pela análise deste artigo, cerca de 42% das mulheres que tiveram filhos tinham menos de 24 anos. Cerca de 49% também se casaram até esta idade. Esses dados nos ajudam a compreender características da militância dessas mulheres, instruídas, engajadas, mas também esposas e mães.

Partimos do pressuposto que muitas delas viveram experiências de família e maternidade diferentes daquelas convencionais, entre fugas, codinomes, afastamento da família, prisões, tortura e até mesmo morte.

A expressão popular “ser mãe é padecer no paraíso” (utilizada na titulação deste artigo), considerando o exposto, é uma forma de enquadrar a situação de muitas mulheres presas políticas. Se o ditado se referia a um padecimento inerente a todas as formas de maternidade, atrelada a uma gratidão espontânea pela dádiva da co-criação, quando pensamos nas mulheres expostas a todas as mazelas da prisão política no período ditatorial, parece fazer ainda mais sentido.

A leitura e análise dos depoimentos de mulheres militantes submetidas a prisões no período entre 1968 e 1974, e dos artigos do Jornal do Brasil da mesma época nos mostra um panorama muito distinto entre os padecimentos e realizações referentes à maternidade de mulheres em situação de legitimidade diferentes, que serão exploradas a partir da retratação do corpo feminino no ciclo gravídico-puerperal.

⁸ Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=759>

1.2 O posicionamento do Jornal do Brasil

Veículo de grande circulação, o Jornal do Brasil tinha postura não muito concreta em relação ao regime ditatorial. O Jornal do Brasil teria se posicionado contrário às reformas de base propostas pelo, então, presidente. Já em 1964 o discurso adotado era o da necessidade de salvação⁹ do país da “crise¹⁰ institucional, financeira, econômica, política, social”, etc. (Chammas, 2012, p. 33)

Considerava-se culpado o presidente Jango, e a solução para a situação calamitosa que se falava deveria vir, independente do meio. A defesa do golpe militar era, segundo o editorial de 01 de abril de 1964 do Jornal do Brasil¹¹, uma forma de garantir o restabelecimento da legalidade e do estado de direito. Afirmavam que não era a hora de demonstrar indiferença, a resistência preventiva do Exército ao governo João Goulart era a forma de impedir males maiores. Com as mudanças no discurso dos militares, que pouco a pouco abandonaram a falácia do apoio à democracia, o JB também ia se adequando. Tudo era válido para garantir a boa relação com os militares e “acabar com a ameaça comunista” e as “reformas radicais” de Jango. Essa posição conservadora iria se transformar diante das arbitrariedades do governo que afetariam diretamente os interesses do Jornal do Brasil.

Foi em abril de 1968 que o JB afirmou que - naquele momento - não estava alinhado aos interesses dos militares. Chammas (2012, p. 78) atribui essas diferenças à censura ao grupo jornalístico (fechamento da Rádio Jornal do Brasil durante três dias), e pelo descontentamento da burguesia com a violência direcionada aos seus filhos, estudantes anti-regime (Ibid, p.79).

Com a promulgação do AI-5 o jornal lançou edição especial. Sem manchete, em protesto, o periódico explorou os casos do país vizinho, Chile, e a violência repressora aplicada. Jornalistas “enganaram” os militares, forneceram impressões falsas do jornal

⁹ Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/51613.

¹⁰ Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/51445.

¹¹ Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/51580.

do dia seguinte, enquanto nas prensas a polêmica edição era impressa. Jornalista do periódico, Alberto Dines conta:

“O AI-5 era terrível, e a presença dos militares na redação, insuportável. Foi uma coisa que foi se encaixando e dando certo, com a participação de todos os que eram responsáveis pelo fechamento do jornal. E ainda tripudiamos. Estávamos com muita raiva. [...] Leitores comemoravam, ligavam para a redação. Choveram cartas. Mas o enfrentamento teve suas consequências”.
(Ribeiro, 2015, p.19)

A prisão de um dos diretores do Jornal do Brasil provava que o apoio ao governo ditatorial, na tentativa de aproximação com as esferas institucionais, teria desdobramentos graves caso não fosse feito nos moldes dos militares.

2. Metodologia

Para compreender como as questões que envolvem as mulheres do ciclo gravídico-puerperal eram abordadas em reportagens do Jornal do Brasil, um dos periódicos de grande circulação da época, realizamos uma análise nas edições do impresso. O acesso foi feito a partir do acervo digitalizado da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Buscamos aliar as edições do periódico às falas de Criméia Schmidt de Almeida, Izabel Fávero e Rosemeire Nogueira, militantes anti-regime, para a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o objetivo de traçar o paralelo entre gestação, aborto, pós-parto e amamentação.

Criméia Schmidt de Almeida¹² começou a militância ainda na adolescência. Quando cursou Enfermagem na Faculdade Ana Nery, no Rio de Janeiro, foi presidente do diretório estudantil. Ex-guerrilheira no Araguaia, foi presa em decorrência das resoluções do AI-5 e por causa de seu vínculo com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Foi presa grávida de sete meses e torturada no DOI-CODI.

¹²Disponível em <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/crimeia-de-almeida/>.

Izabel Fávero¹³ era professora e mulher do também professor Luiz André Fávero. Eram militantes da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares e foram presos em 5 de maio de 1970, em Nova Aurora (PR). Na ocasião, Izabel estava grávida de dois meses, após três ou quatro dias de tortura entrou em processo de abortamento.

Rose Nogueira¹⁴ é jornalista e foi presa no dia 4 de novembro de 1969. Militava na Ação Libertadora Nacional (ALN) e estava com seu marido e filho em casa quando foi levada. O bebê tinha 33 dias de vida no momento da separação, e a mãe ainda se recuperava do parto e amamentava a criança.

A pesquisa exploratória comportou uma busca *online* nas edições do Jornal do Brasil filtrando por datas e palavras-chave “gestante”, “amamentação”, “resguardo” e “puerpério” resultando, no total, 612 correspondências de acordo com os termos pesquisados¹⁵¹⁶. O período abrange o dia 13 de dezembro de 1968 a 15 de março de 1974, período de maior repressão durante a Ditadura Militar Brasileira, os anos de chumbo (1968-1974). Identificamos e analisamos os artigos de opinião e o depoimento das presas políticas, resultando um total de 18 artigos e 3 depoimentos. A escolha por essa categoria de texto entre os demais do jornal justifica-se, pois as concepções de especialistas, sejam eles médicos, nutricionistas, demais profissionais da saúde e de áreas diversas dão um panorama social do que se era discutido na época. Em seguida realizamos a análise de conteúdo no programa *Excel*.

Após o mapeamento dos temas desenvolvemos um livro de códigos para identificar como as questões que envolvem as mulheres do ciclo gravídico-puerperal eram abordadas. A partir de uma adaptação dos livros de códigos propostos por Koopmans (2002) focamos nossas análises nas categorias de quem falam no trecho, na que apresenta a temática dos artigos que eram veiculados no jornal e o conteúdo dos depoimentos das grávidas encarceradas.

¹³Disponível em

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Alberto_Favero_e_Izabel_Favero_-_ct_rp.pdf

¹⁴ Disponível em <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/rose-nogueira/>.

¹⁵ Foram encontrados anúncios, reportagens e artigos de opinião sobre os assuntos.

¹⁶ A busca pelos termos tiveram o seguinte resultado: gestante - 221 achados, amamentação 119 achados, resguardo - 261 achados e puerpério - 11 achados.

Para discutirmos “quem fala no proferimento”, os dados foram dispostos em: a) profissionais da saúde, b) Criméia Alice Schmidt de Almeida, c) Isabel Fávero, d) Rosemeire Nogueira e f) outros.

Na categoria “tema dos artigos”, observamos os assuntos que tratavam sobre: a) enfoque da importância da manutenção da gestação, b) mitos e verdades em relação ao ciclo gravídico-puerperal, c) cuidados no resguardo, d) aleitamento materno, e) explicação sobre fenômeno fisiológico e patologias associadas à gestação, f) aspectos sociais e morais da maternidade, g) restrições por causa da gestação e h) não se aplica¹⁷.

Para tratar sobre o “tema dos depoimentos”, organizamos a fala das mulheres em: a) aplicação de castigos levando em consideração a condição de mulher gestante ou mãe, b) violência psicológica, c) violência sexual, d) violência física, e) aversão ao corpo gravídico-puerperal e f) não se aplica.

A nossa unidade de análise é o proferimento, ou seja, os posicionamentos de médicos e outras fontes nas matérias do Jornal do Brasil e a fala das mulheres afetadas pelo regime (vide depoimentos para a CNV). Uma amostra de 30%¹⁸ dos 110 proferimentos¹⁹ identificados nos artigos de opinião e depoimentos, 33²⁰ falas, foi submetida a um teste de confiabilidade por dois codificadores. O teste de confiabilidade foi feito por meio de dois índices: a *porcentagem de concordância* e o *Kappa*²¹. Chegamos a 99,4% de concordância e índice Kappa 0,98 na categoria “quem fala”;

¹⁷ A categoria “Não se aplica” tem como referência os os proferimentos analisados que não se aplicam a nenhuma das temáticas citadas.

¹⁸ Para a o teste de confiabilidade, o Índice Kappa estabelece que, em média, 10% do material de análise seja submetido à codificação por dois ou mais codificadores. Devido ao pequeno número de proferimentos, optamos por elencar uma amostragem maior para garantir a segurança da confiabilidade. A amostra deve ser feita de forma aleatória. Para o presente artigo, fizemos uso do site Sorteador para sortear os proferimentos que fariam parte do universo do teste.

¹⁹ Para o estudo optamos segmentar os artigos e depoimentos em falas (proferimentos), portanto, em um mesmo texto coexistem proferimentos dos mais diversos temas. A separação por proferimentos também teve como objetivo classificar os conteúdos em temáticas.

²⁰ Para determinar o número de proferimentos a serem submetidos à confiabilidade, amostragem de 30%, fizemos uma proporcionalidade entre as falas localizadas nos artigos de opinião e nos depoimentos. Chegamos ao número 29 para os artigos e 4 para os testemunhos.

²¹ Os parâmetros para os índices kappa indicam que, entre 0 e 0,20, trata-se de um grau de acordo fraco. Entre 0,20 e 0,40 razoável. Entre 0,40 e 0,60, moderado. Entre 0,60 e 0,80, bom; e por fim, entre 0,80 e 1, muito bom.

95,96% de concordância e índice Kappa 0,82 na categoria “tema dos artigos”; 97,4% de concordância e índice Kappa 0,79 na categoria “tema dos depoimentos”.

Após a realização do teste de confiabilidade, todos os proferimentos foram codificados a partir do programa *Excel* nos três nós acima descritos. Os 18 artigos e 3 depoimentos foram analisados qualitativamente segundo a) corpo abjeto e b) corpos públicos e privados.

3.Descrição e análise dos dados

O foco da nossa análise são os posicionamentos de profissionais e outros, como advogados e líderes religiosos nas edições do jornal e os proferimentos realizados pelas militantes anti-regime. Dos 110 identificados e codificados nas matérias analisadas, 63 correspondem a posicionamentos de profissionais da saúde, 34 correspondem às falas de outros agentes e 13 correspondem às falas das mulheres em depoimentos para a Comissão Nacional da Verdade.



FIGURA 1 - Principais assuntos encontrados nos proferimentos dos profissionais da saúde

Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Nota-se uma forte presença de temas relacionados aos cuidados e manutenção da gravidez nas falas dos profissionais de saúde para o Jornal do Brasil. Os conteúdos mais recorrentes são enfoque na importância da manutenção da gestação (37%), explicação sobre fenômeno fisiológico e patologias associadas à gestação (26%), cuidados no resguardo (12%), aleitamento materno (9%), aspectos sociais e morais da maternidade (6%), mitos e verdades em relação ao ciclo gravídico-puerperal (6%) e restrições por conta da gestação (5%).

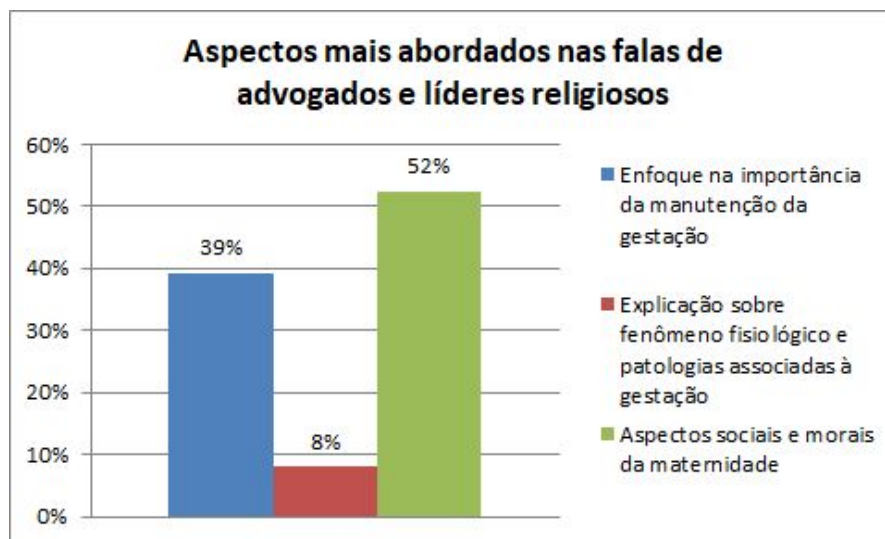


FIGURA 2 - Principais temas encontrados nos proferimentos de advogados e líderes religiosos

Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Constata-se uma abordagem moral nos posicionamentos dos advogados e líderes religiosos. As questões que mais se destacam são a) aspectos sociais e morais da maternidade (52%), b) enfoque na importância da manutenção da gestação (39%) e explicação sobre fenômeno fisiológico e patologias associadas à gestação.

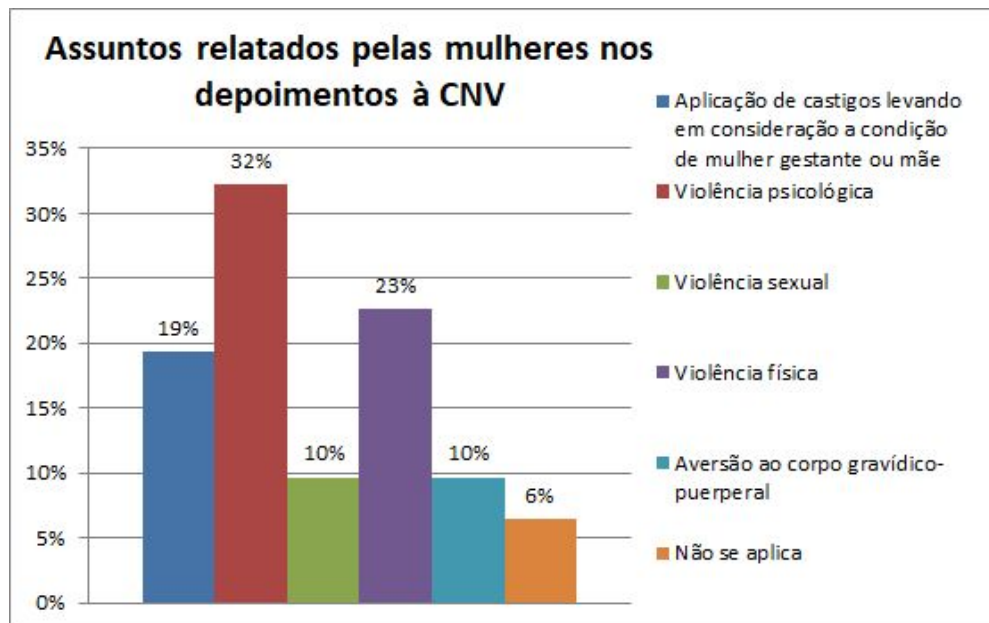


FIGURA 3 - Principais temas relatados pelas presas políticas

Fonte: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Observa-se que as mulheres que se encontravam no ciclo gravídico puerperal relataram uma série de violências sofridas durante o período na prisão. Os temas mais recorrentes em seus depoimentos são violência psicológica (32%), violência física (23%), aplicação de castigos levando em consideração a condição de mulher gestante ou mãe (19%), violência sexual (10%), aversão ao corpo gravídico-puerperal (10%) e não se aplica (6%).

3.1 O corpo da mulher

Partindo do princípio que a materialidade dos corpos é de extrema importância para se pensar o mundo, Butler (1993) rechaça a ideia de pensar o gênero, a vulnerabilidade, ou qualquer outra coisa que perpassa esses corpos, sem falar de sua carnalidade. É no tangível que a violência se faz, mesmo a psicológica, que deve se dirigir a um sujeito, que existe.

Os choques na vagina e nos seios são uma demonstração de como o aparelho da repressão utilizava o gênero como fator determinante na escolha dos castigos. Quase 1/5 dos trechos de depoimentos analisados revelam que as penalidades

variavam de acordo com a situação da mulher (grávida ou puérpera). Para Isabel o aborto foi a consequência, para Crimeia, no entanto, uma particularidade chama a atenção: a utilização da maternidade como uma nova possibilidade de torturas psicológicas e físicas, ao fazer com que a escolha da mãe em proteger o feto e permanecer com a criança após o nascimento fosse um martírio.

[...] Se meu filho nascesse vivo seria sequestrado por eles ou confinado na Febem. Eu e minha irmã fomos torturadas várias vezes para que assinássemos um papel em que consentíamos que eles me fizessem o aborto [...] Eu estava grávida, quando fui presa. Estava no sexto mês de gravidez. Mesmo assim, eu fui torturada. Era feito com acompanhamento médico, médico ou, pelo menos, que se dizia médico. Disse o tipo de tortura que eles poderiam fazer, recomendava que não espancassem a barriga e não dessem choques elétricos na vagina, na boca, nos órgãos mais internos, né? Ouvidos... E depois que esse médico, sei lá se é médico, o que que é isso, falou isso, ficou nessa sala. Então, eu não fui pendurada no pau de arara e eles priorizaram muito a tortura psicológica. [...] Meu filho tinha soluços na barriga. Meu filho tem soluços até hoje [...] Qualquer tensão, ela se manifesta com soluços.” (BRASIL, 2014, p. 411)

O Relatório da Comissão da Verdade nos traz a concepção de que a tortura não era apenas dirigida, mas variava de acordo com as intenções em relação àquela presa. A vida e a morte eram decididas por eles. Não apenas as mortes físicas, mas também as simbólicas. A esterilidade era vista socialmente como uma tragédia, podemos visualizar isso na matéria “Opinião e Análise de um especialista”, na qual o médico Osmar Teixeira da Costa (1969, p. 06) fala das consequências do aborto, e cita a relação entre infelicidade do casal e a esterilidade: “principalmente a mulher sofre a sua incapacidade de ser mãe e o marido a frustração (sic) da paternidade e a falta de estímulo ao trabalho e a vida pela ausência de continuidade na família”. Mas Rose Nogueira não parece fazer parte desse grupo. Depois da tortura, nunca mais conseguiu engravidar.

Butler (1993, p.56) aponta que “gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performaticamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero. Logo, ser mulher não é simplesmente demonstrar atributos do que se espera da feminilidade, mas performar as normas e reafirmá-las através da performance.

Haveria ainda um (id, 2018, p. 38) “nível inconsciente, formado por um conjunto de fantasias alheias” envolvidas nessa transmissão de um modo de ser conformado por um gênero.

As discussões sobre gênero nos levam a pensar o porquê desses castigos serem aplicados levando em consideração a situação da mulher como mãe/ puépera/ gestante. O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) nos dá pistas de como ser mulher era um fator no tratamento dessas presas.

Nas narrativas das mulheres, por exemplo, aparecem sistematicamente relatos de humilhações, maus-tratos e torturas sofridas, acompanhados de referências explícitas ao fato de que haviam se afastado de seus “lugares de esposa e mãe” e ousado participar do mundo político, tradicionalmente entendido como masculino. Foi assim que rotineiramente, nos espaços em que a tortura tornou-se um meio de exercício de poder e dominação total, a feminilidade e a masculinidade foram mobilizadas para perpetrar a violência, rompendo todos os limites da dignidade humana. (BRASIL, 2014, p.404)

Ao se afastarem de uma dimensão normativa do ser mulher, Crimeia, Rose e Isabel parecem ter passado a pertencer a uma categoria não digna de piedade ou “merecimento” em se manterem vivas. No relato de Rose Nogueira é possível perceber que os militares utilizam comparação a animais para descrever o corpo puerperal.

Onde já se viu! Acabou de parir e tem esse corpo! É porque é uma vaca terrorista”. [...] Aí começaram a me chamar de Miss Brasil, porque tinha uma vaca de verdade, leiteira, que ganhou um prêmio [...] Uma vaca chamada Miss Brasil, a vaca ganhou um prêmio. Um daqueles caras, o Tralli, trouxe um jornal que mostrava a vaca e rasgava o jornal e passava em mim. (BRASIL, 2014, p.404)

3.2 O corpo abjeto

Ao compreender que corpos vivem determinadas experiências e outros não, podemos pensar que essa materialidade nem sempre se dá simetricamente. A violência, por exemplo, se dirige mais a alguns corpos do que a outros. Butler (2018, p.106) nos diz que a “precariedade é distribuída de maneira desigual e que as vidas não são consideradas igualmente passíveis de luto ou igualmente valiosas”.

Quando avaliamos os dados gerados pelos proferimentos das presas políticas, contemplados neste artigo, chegamos à interpretação de que nas falas dessas mulheres a violência se faz muito presente. Se pensarmos que os proferimentos são pequenos recortes de três depoimentos diferentes, encontrar 32% de violência psicológica, 23% de violência física e 10% de violência sexual mostra um panorama do tratamento dispensado a essas mulheres nas dependências utilizadas pelo exército para a tortura dos presos políticos.

Apesar de 12% dos proferimentos - relacionados às matérias dos jornais - tratarem, em algum modo, de cuidados no resguardo e 9% falarem sobre o aleitamento materno, nas prisões das mulheres militantes essa atenção não era observada. Presa cerca de um mês após o parto de seu filho, Rose Nogueira era abusada sexualmente. Foi impedida de amamentar através de uma injeção para interromper a lactação. “O leite atrapalhava ele [...] Ele me pegou à força e deu injeção aqui na frente, na frente da coxa. [...] Depois que ele me falou: ‘Cortar esse leitinho aí, tirar esse leitinho’”, foi o que Rose contou em seu depoimento que consta nos relatório da Comissão Nacional da Verdade. (BRASIL, 2014, p. 404) Ela também teve infecção puerperal, pedia remédio, mas não era atendida em suas demandas. O trecho abaixo também faz parte do depoimento de Rose Nogueira sobre seu puerpério na prisão.

E aí eu estava sangrando muito e eu não tomava banho, eles não deixavam tomar banho. E tinha o leite e cheirava azedo. E eu estava sangrando. Aí eu apanhei porque estava sangrando e ele ficou com nojo. Fedia. Cheirava. O suor do nervoso, o leite azedo, o sangue. Eu cheirava. Eu achava que eu cheirava, porque eles diziam que eu era fedida, então, eu acredito nisso. Aí eu apanhava porque eu estava fedida. (BRASIL, 2014, p. 420)

Nas matérias analisadas conseguimos traçar as dessemelhanças entre o que os jornais da época diziam ser ideal para uma mulher gestante e puérpera e o que era feito na prática pelos torturadores.

Não há acontecimento, na vida de uma mulher, que produza tamanhas modificações físicas e psicológicas: é preciso oferecer um ninho seguro, suprir o filho com água, oxigênio, alimentos, vitaminas, sais minerais e outras substâncias; é necessário armazenar sangue, energia para o parto, gorduras e proteínas para a lactação. [...] Devem ser abolidos os esportes violentos, sobretudo aos três primeiros meses, quando podem induzir ao abortamento, e

nos dois últimos, quando podem levar ao parto prematuro. Evite-se, pois, o tênis, o voleibol, a equitação, o ciclismo, o remo, o alpinismo. É a natação o esporte preferível; os banhos de mar não fazem mal, desde que em águas tranquilas, e em época afastada do termo da gravidez. O mar agitado, em que a gestante seja obrigada a pular, furar ondas e receber sobre o ventre o embate das águas, não é aconselhável. COSLOVSKI, 1968, p.5)

Quando nesse artigo de opinião o médico Simão Coslovski apresenta a gravidez como um acontecimento incomparável na vida da mulher e que requer cuidados, não apenas físicos, mas psicológicos, é possível se questionar sobre quais seriam essas mulheres, uma vez que nos depoimentos, Isabel Fávero, Crimeia Schimidt e Rose Nogueira parecem não se enquadrar na categoria “mulher gestante” ou “mulher puérpera” a que o artigo de opinião se direciona, mas assumem, aos olhos de seus algozes, a forma de identificação que lhes é possível no cárcere: promíscua, desviada, desordeira, inadequada, entre tantas outras categorizações.

O Relatório Final da Comissão da Verdade (2014, p.402) também nos traz algumas dessas inferências quando além de reafirmar que as mulheres eram rotuladas dentro dessas “identidades femininas tidas como ilegítimas”, explicita que também “foram tratadas a partir de categorias construídas como masculinas: como força e resistência físicas”.Essas identidades conflitantes, não eram aceitas, puníveis com a não existência, ou a negligência e desconsideração de suas vulnerabilidades. Nos remete a quando Judith Butler (BUTLER, 2002, p.61) nos diz que um corpo abjeto, é “todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’.

Outros corpos foram contabilizados, “mas não possuem especificidade” (Ibid).Há corpos abjetos, vítimas nunca identificadas, corpos jamais velados, torturados nas delegacias, presos políticos ou não políticos. Tidos por muitos, em discussões recentes, como perturbadores da ordem e causadores de seus próprios males, ainda são abjetos, pelo discurso pró-ditadura e conservador.

Em relação à maternidade, há corpos que também eram abjetos. Muitas mulheres, envolvidas na resistência ao governo militar eram filhas de boas famílias, estudantes, professoras, entre outras existências passíveis de reconhecimento.

Naquela mesma época mulheres, dos morros, periferias e do campo, não poderiam se furtar às indicações médicas do Jornal do Brasil, relegadas à negligência, também estariam fadadas à diferenciação que vitimizam esses corpos.

O sofrimento materno e puerperal não foi inaugurado na ditadura. Mas isso não nos faz capaz de categorizar corpos mais ou menos abjetos, mas sim, compreender que a vulnerabilidade e abjeção se dão de formas diferentes em corpos diferentes. Há nas “mulheres da ditadura” a dor da separação temporária ou permanentemente de seus filhos, dos estupros quando eram lactantes ou gestantes, da sensação do seus corpos levados ao limite da sobrevivência com eletrochoques e torturas vis, sucumbindo de dor física, de frio, de fome, de doenças, pelos quartéis do país. Muitas, pelo posicionamento político, outras pelas relações familiares.

Se as circunstâncias políticas e sociais permitiram que a vida dessas mulheres fosse tida como menos dignas de cuidado e proteção, persistimos na “ideia de que algumas populações são consideradas descartáveis”. (BUTLER, 2018, p.17) Outros questionamentos de Butler (Ibid., p.43) também podem ser apropriados nesse contexto “quais humanos contam como humanos? Quais humanos são dignos de reconhecimento na esfera do aparecimento, e quais não são?”.

Uma parte considerável dos proferimentos, principalmente aqueles ditos por profissionais da área da saúde, tratam das explicações sobre os fenômenos fisiológicos que envolvem a gravidez, além daqueles que abordam pontos relacionados à manutenção da gestação e os cuidados que são inerentes a este período. Nos aspectos sociais e morais da maternidade há uma tendência ao discurso antiaborto, que ganha notoriedade nos anos 70.

Nos pronunciamentos do magistério são excluídas quaisquer indicações, admitindo-se apenas o aborto feito indiretamente e não intencionado como tal, mediante intervenções necessárias e inadiáveis para a saúde da gestante, às quais se siga a interrupção da gravidez. Assim, por exemplo, nas palavras de Pio XII (alocução de 26/11/1951). “Todo ser humano, mesmo o feto no ventre materno, tem direito de viver recebido imediatamente de Deus, não dos pais ou de qualquer sociedade ou de qualquer autoridade humana. Disso resulta que ninguém, nenhuma autoridade humana, nenhuma ciência, nenhuma indicação médica, eugênica, social, econômica, moral existente que possa exibir ou conferir título jurídico capaz de dispor direta e deliberadamente de uma vida humana inocente (...), seja como fim seja como meio em vista de um fim” . [...] Nas alagadas indicações sociais e econômicas não aparece efetivamente a

necessidade de serem elas resolvidas com o sacrifício de uma vida. Também no caso da violência carnal não podem recair sobre o nascituro inocente as consequências de crime praticado por outrem. (GOMES, 1972, p. 04)

Enquanto isso nos ambientes de tortura do país, o moralismo e o conservadorismo em relação à manutenção da gestação não eram os mesmos direcionados às demais gestantes. Um desses casos é Isabel Fávero, militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares:

Eu não me lembro bem se no terceiro, no quarto dia, eu entrei em processo de aborto, eu estava grávida de dois meses, então, eu sangrava muito, eu não tinha como me proteger, eu usava papel higiênico, e já tinha mal cheiro, eu estava suja, e eu acho que, eu acho não eu tenho quase certeza que eu não fui estuprada, porque era constantemente ameaçada, porque eles tinham nojo de mim. E eu lembro que no dia em que nós fomos presos, exatamente no dia 4, nós tínhamos estado em Cascavel, e quando a gente saiu da ginecologista, tinha um veículo militar, mas a gente em momento nenhum pensou que eles estivessem vigiando a gente, eles já estavam no encalço da gente, eles seguiram, esse dia eles nos seguiram o dia todo. E o meu marido dizia, “por favor não façam nada com ela, pode me torturar, mas ela está grávida”, e eles riam, debochavam, “isso é história, ela é suja, mas não tem nada a ver”, enfim. Em nenhum momento isso foi algum tipo de preocupação, em relação [...]. Eu certamente abortei por conta dos choques que eu tive nos primeiros dias, nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas, aquilo provocou, obviamente, um desequilíbrio. (BRASIL, 2014, p. 400)

A “ameaça comunista” era a prioridade do Estado. Isabel e seu filho (a) pertenciam à categoria humanos naquele momento tanto quanto outras mulheres e crianças? O corpo da mulher e feto “comunistas” eram tão passíveis de indignação quanto aqueles inseridos em um contexto “socialmente aceitável”?

3.3 Corpos públicos e privados

“Se aparecemos, devemos ser vistos, o que significa que nosso corpo deve ser enxergado, e seu som vocalizado deve ser ouvido: o corpo deve entrar no campo visual e audível.” (Butler, 2018, p.95). Essas mulheres não apenas participaram do movimento político em si, mas o fizeram de forma pública, com seus corpos escrevendo narrativas históricas enquanto se posicionavam. É a saída desse corpo “estrangeiro e mudo” para um que tenta existir fora das esferas privadas. Butler (Ibid., p. 96) ainda reitera que apesar dos corpos serem privados e públicos, em momentos

diferentes, essa separação é essencial para “manter os seus modos de repúdio e de privação de direitos”. Biroli (2014, p.32) ainda reitera que há colaboração dessa distinção entre o público e o privado para que a “domesticidade feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios”.

Desse modo, a precariedade está, talvez de maneira óbvia, diretamente ligada às normas de gênero, uma vez que sabemos que aqueles que não vivem seu gênero de modos inteligíveis estão expostos a um risco maior de assédio, patologização e violência. As normas de gênero tem tudo a ver com como e de que modo podemos aparecer no espaço público, como e de que modo o público e o privado se distinguem, e como essa distinção é instrumentalizada a serviço da política sexual. (BUTLER, 2018, p.41)

É preciso recordar outra participação das mulheres na ditadura militar, que foi a de reforçar os imaginários que condenavam as militantes e presas. Colling (2015) atribuiu isso a reprodução do machismo que fizeram mulheres marcharem em favor da família, apoiando o período de exceção que o país iria passar.

Havia a estratégia militar de “aliar as questões morais à política, principalmente com quem lhe fazia oposição”. (Ibid., p. 375) Era uma forma de colocar a população, que não estava envolvida nas discussões sobre os rumos políticos do país, contra aqueles que “desafiavam a lei” e queriam desmoralizar a nação. Ao falar das congregações públicas nas ruas, Butler (2018, p.33) relata que “a ação concertada de grupos com o propósito de se opor à violência do Estado são entendidas, nessas instâncias, como ações violentas, mesmo quando não resultam em atos violentos.”

Outra relação entre o público e o privado é a autonomia do sujeito em decidir quando seu corpo opera em cada modo. Quando essas mulheres são submetidas a estupros de forma coletiva, assistida - muitas vezes por familiares ou desconhecidos - e quando são colocadas nuas em frente a outros de forma compulsória, é possível notar que não poder optar por esses modos de operação é o próprio castigo.

Rose Nogueira (BRASIL, 2014, p.405) conta um desses episódios: “tinha uma escrivaniha e eles me debruçavam nua com o bumbum para cima e eles ficavam enfiando a mão. Penetração, não tive [...]. Ele me beliscou inteira, esse Tralli. Ele era

tarado”. O fato de colocar o corpo nas ruas, na política, no modo público, na guerrilha, o fato de sair do ambiente doméstico, feminino e recatado é punido com a falta de escolha em manter o corpo em um aspecto privado.

O valor da privacidade careceria, aqui, de um de seus aspectos mais relevantes, que é a autonomia dos indivíduos na definição do que deve ou não ser tornado público sobre si e sobre suas relações: o controle público compulsório é problemático, mas o silêncio compulsório devido a estigmas e ameaças de violências também é. (BIROLI, 2014, p.32)

Sejam os corpos negligenciados ou aqueles em que a violência é diretamente aplicada, há o que Butler (2018, p.158) chama de um “paradoxo no neoliberalismo e sua noção de responsabilização”. Logo, a precariedade a que estão expostas seria fruto de seu próprio agir, ou da falta dele. Nessa visão, a mulher militante tem uma escolha de não expor seu corpo àquela situação, se o faz, não deveria ser considerada vítima das consequências.

Os desdobramentos que acometem as militantes anti-regime ao exporem seus corpos na cena pública se contrapõe aos ideais assegurados aos indivíduos pelas tradições liberais. O controle sobre o próprio corpo é um dos fundamentos para o exercício da autonomia na visão liberalista, entretanto, segundo Biroli (2018) a definição e a efetividade desse direito é distinta para homens e mulheres.

Parte da crítica dirigida pelas teóricas feministas ao liberalismo tem como alvo as acomodações entre a garantia à liberdade individual de todas as pessoas e as normas ou as injunções efetivas que restringem seu exercício pelas mulheres, colaborando para naturalizar sua subordinação (aos homens a que estão ligadas por laços sanguíneos ou conjugais) ou para que sejam alvo de controles específicos por parte do Estado. (BIROLI, 2018, p.137).

Novamente é colocado à prova a noção de humanidade das mulheres presas políticas. Observamos que, mesmo a liberdade individual sendo assegurada a todos, as mulheres na Ditadura Militar não eram vistas como sujeitos passíveis de direitos. Portanto, estavam à mercê de seus algozes e do Estado.

Conclusão

A partir deste artigo pudemos refletir sobre aspectos muito específicos da ditadura militar brasileira, mas que ao mesmo tempo dizem muito sobre aquele momento político. É uma reflexão dura, visto que passamos por um período tão ignóbil da nossa história, com o saudosismo de uma extrema-direita que não só tenta invalidar a história desses presos políticos, como ameaça a vida de tantos outros corpos, de no futuro podem estar ainda mais vulneráveis.

Evidenciamos as relações assimétricas entre mulheres puérperas e gestantes e presas políticas puérperas e gestantes. Há diferenças que marcam esses corpos, que se dão nessa materialidade. Consideramos que os corpos das presas políticas, por serem militantes contrárias aos interesses do regime ditatorial, são abjetos. Não são considerados da mesma forma que corpos não abjetos, e se constituem como tal quando escapam, em alguma medida, das normas vigentes. Isso é mais visível se considerarmos ainda o recorte de gênero.

Os corpos das mulheres nas organizações de esquerda, muitas já inseridas no contexto laboral e da educação superior, é algo que desafiava os valores instituídos. Havia responsabilização dessas mulheres pela situação em que se encontravam, seja pela escolha “desacertada” ou pelo “descuido” ao se envolver com o comunismo.

Na busca por uma existência corpórea possível, de acordo com seus próprios princípios morais e políticos, essas mulheres eram categorizadas como desviantes e por isso seus corpos tornam-se mais vulneráveis às violências expressas.

Referências

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. 1. ed. v. 1. 227p

BRASIL. **9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/9o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica> . Acesso em: 02 de fev. de 2019.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos (1966). **Ato Institucional nº 4**, de 07 de dezembro de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-04-66.htm . Acesso em 02 de fev. de 2019.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos (1968). **Ato Institucional nº 5**, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm . Acesso em: 02 de fev. de 2019

_____. **Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. 1996 p. – [Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3]. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571 Acesso em: 15 de dez. de 2019.

BUTLER, J. **Cuerpos que importam: sobre os limites materiais e discursivos do sexo**. Buenos Aires. Paidós, 2002a.

_____. **“Como os corpos se tornam matérias: entrevista com Judith Butler”**. [Entrevista concedida a Prins, B. e Meijer, I.]. Revista Estudos Feministas, ano 10, 1, 2002b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009 Acesso em: 15 de dez. de 2018.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Civilização Brasileira: Tradução de Rio de Janeiro, 2003 .

_____. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas: Notas Sobre Uma Teoria Performativa de Assembleia**. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. São Paulo: Civilização Brasileira, 2018.

CHAMMAS, E. Z. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13122012-101040/pt-br.php> . Acesso em 15 de jan. de 2019.

COLLING, A. M. **50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero**. OPSIS, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufq.br/Opsis/article/download/33836/20058/> Acesso em: 15 de fev. de 2019.

COSLOVSKI, S. **Uma vida normal para quem espera seu bebê**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 02, 13 out. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/123264. Acesso em: 10 de jan. de 2019

COSTA, O. T. D. **Opinião e análise de um ginecologista**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 06, 03-04 ago. 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/138403 Acesso em: 10 de jan. de 2019

GENTILLI, V. **O Jornalismo Brasileiro do AI-5 à Distensão: o “milagre econômico”, a repressão e a censura**. Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 87-99, jan. 2004. ISSN 1984-6924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2075>>. Acesso em: 13 março de 2019. JORNAL DO BRASIL. Arquivo Digitalizado no Google News. Arquivo digital disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em 15 de jan. de 2019.

GOMES, D.C.F. G. **A posição da Igreja**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 04, 11-12 jun. 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/58961. Acesso em: 10 de jan. de 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do registro civil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, v.1, 1974. Disponível em

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_1976_v3.pdf. Acesso em: 13 de março de 2019.

KOOPMANS, R. 'Codebook for the analysis of political mobilisation and communication in European public spheres', Europub.com Project. 2002. Disponível em <http://europub.wzb.eu/codebooks.en.htm>. Acesso em: 31 de março de 2019.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F.. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. 164 p.

RIBEIRO, B.. **Jornal do Brasil, história e memória: os bastidores das edições mais marcantes de um veículo inesquecível**. Rio de Janeiro: Record: 2015.

RIDENTI, M. S. **As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo**. São Paulo: Tempo Social; Rev. Sociol. USP, 1990. p. 113-128. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84806>. Acesso em: 16 de fev. de 2019.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Comissão da Verdade do Estado de São Paulo: Infância Roubada Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf . Acesso em: 16 de fev. de 2019.